



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Nº 001/2016

(Processo Administrativo nº 371.553-1 e 371.570-1)

**(Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia
para execução de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça)**

Abertura: 23 de janeiro de 2017, as 14:00 horas (Horário Local)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa, s/n, na cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 2.318/2015, de 03 de novembro de 2015, publicada no Diário da Justiça do Poder Judiciário, de 09/11/2015, alterada pela Portaria nº 1902, de 20 de setembro de 2016, publicada no Diário da Justiça do Poder Judiciário, de 21/09/2016 e autorização expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, em **Regime de Execução de Empreitada Global por PREÇO UNITÁRIO** no dia **23 de janeiro de 2017, às 14:00 horas**, na sala da Comissão de Licitação, instalada no 5º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça Des. Archimedes Souto Maior, situado a Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa/PB. A presente licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, e pela Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça, pela legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para execução de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça, de acordo com as especificações estabelecidas no Projeto Básico e seus Complementos – Anexo I deste edital**, elaborado pela Gerência de Engenharia.

2. OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1. As empresas interessadas deverão obter o Edital pela Internet, no site: www.tjpb.jus.br, ou, então, mediante a entrega de 01 (um) pen drive diretamente na sala da CPL/TJ-PB, no 5º andar do Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, localizado na Praça Venâncio Neiva, S/N – Centro CEP 58011-900, nesta Capital, como também através de solicitação via e-mail: comlic@tjpb.jus.br, no horário de segunda a quinta-feira das 13h00 às 18h00 e às sextas-feiras das 08h00 às 13h00, (Horário Local).

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O presente Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer item, especificação ou detalhamento de proposta, constantes em um desses documentos, mesmo que ausente no outro, serão considerados válidos e eficazes.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado por seus Membros;

3.3. Os licitantes deverão observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, discriminado no presente edital;

3.4. Antes do recebimento das propostas, na data aprezada neste edital, qualquer cidadão/licitante **poderá impugnar** este Edital e/ou Anexos (s), conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

3.5. No caso descrito no item 3.4. os impugnantes, dirigir-se-ão ao Presidente através do e-mail comlic@tjpb.jus.br, telefonando em seguida para informar o envio do e-mail ou através de Carta com Aviso de Recebimento – AR, dirigida à Comissão de Licitação deste Poder, cujo endereço encontra-se descrito no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

subitem 2.1, supramencionado, devendo ainda dar entrada na documentação no Protocolo Administrativo, localizado no andar térreo do Anexo Administrativo;

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente processo licitatório os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e Anexo(s) e que estejam devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Caso a empresa opte por participar como não cadastrada deverão atender ao item 7.3 e 7.3.1.

4.2. As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverão comprovar a condição, mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou filial da empresa participante, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, **exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao mesmo benefício anteriormente mencionado, ambos emitidos até 60(sessenta) dias anteriores a data de abertura da sessão.**

4.3. Não poderão participar do certame as empresas:

- 4.3.1.** Constituídos sob a forma de consórcio;
- 4.3.2.** Estrangeiras que não funcionem no país.
- 4.3.3.** Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Tribunal de Justiça da Paraíba;
- 4.3.4.** Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Poder;
- 4.3.5.** Estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação;
- 4.3.6** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União - CGU, no site <http://www.transparencia.gov.br/ceis/>;
- 4.3.7** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA, no site www.cnj.jus.br;
- 4.3.8.** Tenha objeto social, atividade principal e/ou secundária incompatível com o objeto licitado, de acordo com a tabela CNAE.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” e “B”

5.1. Os envelopes “A” e “B”, contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente lacrados, contendo na face de cada qual os seguintes dizeres:

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____

TOMADA DE PREÇO Nº 001 /2016

ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE: _____



6. DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

6.1. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação na data de entrega dos envelopes “A e B”.

7. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

7.1. Empresa cadastrada, conforme artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666/93:

a) CRC – Certificado de Registro Cadastral do próprio Tribunal de Justiça ou o SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores do Estado da Paraíba, vigente, que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.666/93, em substituição à documentação concernente à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, no qual deverá constar, impreterivelmente, os prazos de validade de cada documento. Será permitida a juntada de certidões atualizadas, como forma de suprir a regularidade do cadastro, desde que o mesmo encontre-se dentro de sua validade e que a certidão esteja dentro do envelope de habilitação/preço. No caso, da licitante colocar dentro do envelope outros documentos, estes também serão analisados, podendo ser motivo de desclassificação. Não será aceito o registro cadastral do SICAF, em virtude deste Órgão não ser abrangido pelo referido sistema.

b) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei nº 12.440/2011; (caso não esteja incluso no CRC ou SIREF).

c) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

c.1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

c.1.1) Certidão de Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU- Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, da região onde está situada a sede da licitante e dos responsáveis técnicos dentro do prazo de validade.

c.1.1.1) A empresa deverá comprovar ter executado serviços para órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou empresa privada, que comprove responsabilidade técnica em ramo de atividade compatível com o objeto da Licitação.

c.1.2) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU, onde conste a empresa licitante como contratada, declarando ter executado serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$
- Forro termoacústico em painéis de lã de vidro: $A \geq 60,00 \text{ m}^2$
- Calha em chapa de aço galvanizado: $M \geq 100,00 \text{ m}$



c.2) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

c.2.1) A licitante deverá possuir como Responsável Técnico, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil OU ARQUITETURA, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, que comprove experiência através de Atestado de capacidade técnica, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, da execução de obra de característica/grau de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta Licitação contendo a execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$

c.2.1.1) A comprovação que o Responsável Técnico, detentor do Atestado acima, subitem c.2.1, pertence ao quadro da empresa, se dará através da apresentação de 01 (um) dos documentos relacionados a seguir (Em conformidade com o Acórdão TCU nº 498/2013 – Plenário):

- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS
- Contrato de Prestação de serviços, em vigor.
- Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita através de apresentação do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado apresentado, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do Profissional.

c.2.1.2) Os Atestados deverão explicitar claramente os serviços de construção, conforme descrito no item c.1.2 e c.2.1. A Comissão solicita à Licitante que, se possível, destaque no Atestado, através de grifo ou cor, o acervo técnico solicitado.

c.2.1.3) Os Responsáveis técnicos relacionados na equipe de uma licitante não poderá integrar, em nenhuma hipótese, equipe técnica de uma outra licitante, sob pena de sua inabilitação.

d) DA VISTORIA:

d.1) O responsável técnico da empresa, constante da Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, deverá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

d.2) O Termo de Vistoria (**modelo Anexo**) será fornecido em papel timbrado do próprio TJ, por servidor da unidade judiciária objeto da licitação;

d.3) A vistoria deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, telefone **3216-1460**, ou Servidor por este designado, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas, e deverá portar os documentos comprobatórios de responsabilidade técnica, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJ-PB.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

d.4) Não será realizada vistoria nos três dias que anteceder a realização do certame.

d.5) Caso o licitante opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir declaração em papel timbrado da empresa, de que assume todos os riscos e possíveis diferenças existentes entre a planilha e o encontrado no local da execução do serviço, ou seja, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes, que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

e) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da proponente, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo anexo constante do presente edital;

f) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo anexo constante do presente edital;

g) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo anexo constante do presente edital.

7.2. Empresas não cadastradas

a) da Habilitação Jurídica:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;

b) Regularidade Fiscal

b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), vigente na data prevista para abertura da licitação;

b.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou de sua isenção;

b.3) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, representada pela certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;

b.4) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

b.5) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, (INSS).

b.6) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

b.7) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

c) Qualificação Econômico-Financeira

c.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extra judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura da licitação, quando não expresso na certidão, ou quando no prazo expresso na certidão;



d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

d.1.1) Certidão de Registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU- Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, da região onde está situada a sede da licitante e dos responsáveis técnicos dentro do prazo de validade.

d.1.1.1) A empresa deverá comprovar ter executado serviços para órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou empresa privada, que comprove responsabilidade técnica em ramo de atividade compatível com o objeto da Licitação.

d.1.2) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU, onde conste a empresa licitante como contratada, declarando ter executado serviços com as características mínimas abaixo indicadas

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$
- Forro termoacústico em painéis de lã de vidro: $A \geq 60,00 \text{ m}^2$
- Calha em chapa de aço galvanizado: $M \geq 100,00 \text{ m}$

d.2) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

d.2.1) A licitante deverá possuir como Responsável Técnico, profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil OU ARQUITETURA, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, que comprove experiência através de Atestado de capacidade técnica, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA ou CAU, da execução de obra de característica/grau de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta Licitação contendo a execução de serviços com as características mínimas abaixo indicadas

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$

d.2.1.1) A comprovação que o Responsável Técnico, detentor do Atestado acima, subitem d.2.1, pertence ao quadro da empresa, se dará através da apresentação de 01 (um) dos documentos relacionados a seguir (Em conformidade com o Acórdão TCU nº 498/2013 – Plenário):

- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS
- Contrato de Prestação de serviços, em vigor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

- Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita através de apresentação do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- Declaração de Contratação Futura do profissional detentor do Atestado apresentado, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do Profissional .

d.2.1.2) Os Atestados deverão explicitar claramente os serviços de construção, conforme descrito no item d.1.2 e d.2.1 A Comissão solicita à Licitante que, se possível, destaque no Atestado, através de grifo ou cor, o acervo técnico solicitado.

d.2.1.3) Os Responsáveis técnicos relacionados na equipe de uma licitante não poderá integrar, em nenhuma hipótese, equipe técnica de uma outra licitante, sob pena de sua inabilitação.

e) DA VISTORIA:

e.1) O responsável técnico da empresa, constante da Certidão de Registro e Quitação – Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, deverá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

e.2) O Termo de Vistoria (**modelo Anexo**) será fornecido em papel timbrado do próprio TJ, por servidor da unidade judiciária objeto da licitação;

e.3) A vistoria deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, **telefone 3216-1460, ou Servidor por este designado, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas, e deverá portar os documentos comprobatórios de responsabilidade técnica, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJ-PB.**

e.4) Não será realizada vistoria nos três dias que anteceder a realização do certame.

e.5) Caso o licitante opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir declaração em papel timbrado da empresa, de que assume todos os riscos e possíveis diferenças existentes entre a planilha e o encontrado no local da execução do serviço, ou seja, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes, que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

f) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da proponente, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo anexo constante do presente edital;

g) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo anexo constante do presente edital;

h) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo anexo constante do presente edital



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

7.3. As empresas não cadastradas, caso optem por obter o Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça da Paraíba, deverão se dirigir a Comissão Permanente de Licitação mediante entrega de toda a documentação **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, ou seja, **até o dia 17 de janeiro de 2017** Estas empresas receberão no dia útil posterior a entrega da documentação, o Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça da Paraíba, documento este que deverá ser utilizado, desde que todos os documentos/certidões, estejam na validade, como substituição da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira .

7.3.1 A empresa, tem a faculdade, desde que o cadastro esteja dentro da validade, anexar no dia da sessão, documentos/ certidões, que por acaso tenha sua validade expirada, mantendo desta forma o direito a substituição citada no item 7.3

7.3.2. Para aquelas empresas que queiram participar deste certame mas que não desejem compor o cadastro de fornecedores deste órgão, também deverão se dirigir a Comissão Permanente de Licitação mediante entrega de toda a documentação, **que deverá está obrigatoriamente numerada e assinadas, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, ou seja, **até o dia 17 de janeiro de 2017**. Estas empresas receberão no momento da entrega da documentação, documento elaborado e assinado pela Comissão de Licitação certificando do recebimento dos documentos..

7.3.2.1 A Comissão de Licitação procederá a análise dos documentos, informando no dia da abertura da sessão o resultado de habilitação.

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo desclassificada caso não o faça no prazo.

7.5. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, seja ele original, cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão, mediante apresentação de originais.

7.6. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

7.8. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

7.9. Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.10. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.11. Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou publicação original em órgão da imprensa oficial. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de habilitação.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, com os valores expressos em moeda corrente do país, sem rasuras, emendas e borrões com identificação da empresa proponente, assinada pelo representante legal da empresa, constando, obrigatoriamente:

8.1.1. Indicação do preço global da proposta, que corresponderá ao somatório total das planilhas orçamentárias, incluindo o B.D.I.

8.1.2. Planilhas orçamentárias, referente a todos os serviços a serem executados, preenchida nas colunas de preços unitários e total.

8.1.3. Planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada apenas para os itens que sofrerem modificações no orçamento proposto da obra, conforme anexo, objeto desta Tomada de preços..

8.1.4. Cronograma físico-financeiro, contendo as etapas de execução das diversas fases/atividades componentes da obra, levando-se em consideração o prazo máximo de execução da obra que será de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

8.1.5. Planilha de composição do **B.D.I (Bonificações Diretas ou Indiretas) e Encargos Sociais**, detalhando todos os seus componentes e contendo seus respectivos percentuais.

8.1.6. Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação;

8.1.6.1. Se a proposta for omissa quanto ao prazo estabelecido neste item, o prazo acima mencionado será considerado como se nela constasse, não sendo, portanto, motivo de desclassificação.

8.1.7. A licitante será responsável pelos quantitativos apresentados com base nos projetos e especificações que integram a presente licitação.

8.2. Com o recebimento da proposta, a Comissão entenderá que todos os projetos, prazos, especificações e local das instalações foram detalhadamente analisados pelo licitante e que todos os materiais e mão de obra foram considerados para a execução dos serviços.

8.3. Consideram-se incluídos nos preços das propostas todas as despesas relacionadas direta ou indiretamente com a prestação dos serviços, tais como: quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, salários, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, lucro e outros encargos ou acessórios.

8.4. A proposta deverá referir-se a todo o especificado no objeto da presente licitação.

8.5. A apresentação da proposta por parte da licitante, significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

8.6. Todo pessoal que trabalhe ou transite dentro dos limites da área de obras ou serviços, deverá usar, de modo bem visível, crachá de identificação, fornecido pela empresa participante do processo licitatório;

8.7. A empresa licitante deverá manter dentro dos limites da área das obras ou serviços, a proteção e segurança de todas as pessoas que nela trabalhem ou transitem.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. Serão abertos os envelopes “A”, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

9.2. Serão considerados **inabilitados** os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 7 deste edital.

9.3. Os envelopes “B”, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

9.4. Serão abertos os envelopes “B”, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.5. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 8 deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

9.6. Julgamento e classificação das propostas será de acordo com o estabelecido no item 10 deste edital.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Da documentação de habilitação;

10.1.1. A ausência de qualquer documento com base no **item 7** do presente edital, inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope de proposta de preços.

10.2. Da proposta de preços

10.2.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, o menor preço global da proposta **em regime de execução de empreitada global por preço unitário**, desde que observadas as especificações e atendidos aos requisitos estabelecidos neste ato convocatório e os previstos na legislação pertinente. Tal procedimento será realizado pelos servidores da Gerência de Engenharia, quando do exame da proposta de preços.

10.2.2. Considera-se preço global da proposta a soma dos valores relativos ao custo total apresentado na planilha somado ao BDI.

10.2.3. A empresa licitante deverá apresentar **composições dos preços unitários dos serviços e obras objeto desta licitação, desde que tenha sido alterado com relação a planilha fornecida pelo Tribunal**, como elemento de avaliação da consistência na formação dos preços unitários e global dos serviços, devendo o(s) preço(s) alterado incluir todas as despesas com encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com materiais, mão de obra, transportes, ferramentas, equipamentos, taxas de administração, lucros e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços.

10.2.4. Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

10.2.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

10.2.6. Na hipótese de ocorrer lapso do licitante e o mesmo colocar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, bem como qualquer documento pertinente à proposta de preços dentro do envelope de habilitação, ou vice-versa, o respectivo envelope será entregue ao licitante, ou ao seu representante, o qual estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto.

10.3. Será desclassificada a proposta que:

10.3.1. Não atender aos requisitos deste instrumento convocatório;

10.3.2. Não respeitar o preço máximo proposto pela Administração, **ultrapassando o valor de R\$ 297.361,84 (Duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).**, ou deixar de cotar qualquer dos itens da obra e/ou alterar quantidade constante da planilha;

10.3.3. Contiver preços excessivo ou manifestamente inexequíveis.

a) considerar-se-á excessivo o preço global fixado em valor superior ao orçado pela Gerência de Engenharia, constante da planilha de orçamento anexa a este Edital.

b) considerar-se-á inexequível:

b.1) Proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

b.1.1) Valor orçado pela Administração;

b.1.2) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Tribunal de Justiça;

b.2) Proposta com valor(es) **unitário(s)**: simbólico, irrisório, de valor zero, incompatível com os preços de mercado inclusive dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos;

b.2.1) Propostas com valores **unitários** que não venham a ser demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade e composição dos custos unitários sejam compatíveis com a execução do objeto do contrato (art. 48, II da 8.666/93).

10.3.4. Apresentar preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com oferecimento de redução sobre a de menor valor;

10.3.5. Contiver em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeito de linguagem capaz de dificultar o julgamento, assim como aquelas que enquadrem em qualquer das situações previstas no art. 48 da Lei 8.666/93.

10.3.6 Caso todos os licitantes venham a ser inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93.

10.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á por sorteio promovido pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 45, § 2º da Lei 8.666/93, se ultrapassado o subitem 10.10. e 10.11 abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

10.5. Prevalecerá o preço unitário, em caso de divergência entre este e o preço total.

10.6. Prevalecerá o preço expresso por extenso, em caso de divergência entre este e o preço expresso por algarismos.

10.7. No julgamento da documentação e das propostas a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

10.8. As propostas apresentadas serão submetidas à apreciação técnica da Gerência de Engenharia e Arquitetura deste Tribunal para verificação do atendimento ao objeto licitado.

10.9. Os resultados da habilitação das licitantes, bem como do julgamento das propostas, serão publicadas no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

10.10. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.10.1. A identificação do PROPONENTE como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, deverá ser feita na forma do item 5.2 deste edital, a ausência da Certidão expedida pela Junta Comercial implicará na preclusão do direito de preferência de contratação;

10.11. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada;

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após solicitação da Comissão, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.11 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

c) no caso de empate dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.11 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

10.12. Na hipótese da não constatação nos termos previstos no item 10.10 deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

10.13. O disposto nos itens 10.11 e 10.12 somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.14. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11. DOS PRAZOS

11.1. O prazo máximo para a execução do contrato e para a entrega do objeto da presente licitação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos e o prazo de vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses. Para

Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB

Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

cumprimento do prazo de execução, a programação dos trabalhos deverá contemplar, se necessário, serviços em horário extraordinário sem custos adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, **e será contado a partir da data da assinatura da ordem de serviço.**

11.2. Adjudicado o objeto da presente licitação, o Tribunal de Justiça convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.3. O Tribunal de Justiça poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

11.4. Os prazos de que tratam o item 11.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93.

11.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

11.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em receber a ordem de serviço e/ou Nota de Empenho, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

12. DO PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. O pagamento será realizado na forma constante na **cláusula décima** da minuta de contrato.

12.2. Os recursos para fazer face as despesas, correrão por conta da funcional programática 05.101.02.122.5046.4884.33.90.39 – Fonte: 100 e 05.901.02.122.5046.4884.33.90.39 – Fonte: 270.

13. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

13.1. Antes do recebimento das propostas, na data aprazada neste edital, qualquer cidadão/licitante **poderá impugnar** este Edital e/ou Anexos (s), conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

13.2. As ocorrências havidas durante o ato de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços serão registradas em ata, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos demais presentes.

13.3. Das decisões da Comissão de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

13.4. Quaisquer recursos ou impugnações relativos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Presidente do Tribunal de Justiça, por intermédio da Comissão de Licitação, e protocolizado no Setor de Protocolo deste Tribunal de Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1**

13.5. As decisões e os avisos da autoridade superior serão publicados no Diário da Justiça do Estado da Paraíba.

14. RECEBIMENTO DO OBJETO DE LICITAÇÃO

14.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b” e art. 76 da Lei 8.666/93.

14.2. Executado o objeto do contrato, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

14.3. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato correrão por conta da contratada.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou tele/fax (83) 3216-1456/3216-1446/3216-1617.

15.2. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

15.3. Fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

16. ANEXOS DO EDITAL

16.1. Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico e seus complementos;

Complemento I do Projeto Básico -Especificações dos Serviços e Materiais.

Complemento II do Projeto Básico - Planilha Orçamentária (disponibilizados através de arquivos digitais)

Complemento III do Projeto Básico – Composição de Preços Unitários (disponibilizados através de arquivos digitais solicitados por e-mail comlic@tjpb.jus.br)

Complemento IV do Projeto Básico – Cronograma Físico-Financeiro (disponibilizados através de arquivos digitais solicitados por e-mail comlic@tjpb.jus.br))

Complemento V do Projeto Básico – Composição de BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) disponibilizados através de arquivos digitais solicitados por e-mail comlic@tjpb.jus.br))

Complemento VI do Projeto Básico – Planilha de Encargos Sociais (disponibilizados através de arquivos digitais solicitados por e-mail comlic@tjpb.jus.br))

Complemento VII do Projeto Básico – Modelo de Planilha (disponibilizados através de arquivos digitais solicitados por e-mail comlic@tjpb.jus.br))

Complemento VIII do Projeto Básico – Modelo de Termo de Vistoria.

Complemento IX do Projeto Básico – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria.

Anexo II - minuta de contrato;

Anexo III – modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;

Anexo IV - Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil;

Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

Anexo V– Modelo de Termo de Compromisso de que não empregará cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, membro ou de Juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba;

Anexo VI – Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Anexo VII – Recibo.

João Pessoa, de - de 2016

Diana Coeli de Araujo Vital
Presidente da Comissão de Licitação TJ-PB



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETIVO

- ☐ Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para execução de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça.

2. JUSTIFICATIVA

- ☐ O estado de degradação da estrutura de madeira da cobertura requer uma intervenção para que sua função como elemento de suporte do telhamento apresente desempenho adequado ao conjunto.

3. META FÍSICA

- ☐ Atender as necessidades do Palácio da Justiça, no que se refere à funcionabilidade do conjunto da cobertura.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

- ☐ O prazo previsto para execução dos serviços será de **180 (cento e oitenta)** dias corridos e o prazo de vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses. Para cumprimento do prazo de execução, a programação dos trabalhos deverá contemplar se necessário, serviços em horário extraordinário sem custos adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

5. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

R\$ 297.361,84 (Duzentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

EMPREITADA: () Preço Global (x) Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: (x) Global () Por Item

- ☐ Nenhum item da proposta poderá ser cotado a preço superior ao preço unitário definido na planilha orçamentária do Tribunal.
- ☐ Será contratada a empresa que atender as exigências deste Projeto Básico e apresentar proposta de menor valor global.

6. LOCAL DE EXECUÇÃO

- ☐ Palácio da Justiça, localizado na cidade de João Pessoa.

7. RESPONSÁVEL PELA ESPECIFICAÇÃO

- ☐ Gerência de Arquitetura e Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

8. UNIDADE FISCALIZADORA

Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



- Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAS E SERVIÇOS

- Apresentada na Parte I, tendo sido elaborada para esta Obra.

10. PLANILHA DE ORÇAMENTO

- Apresentada na Parte II, tendo sido elaborada para esta Obra, a qual servirá de base para elaboração da proposta a ser apresentada pela licitante.

11. TERCEIRIZAÇÃO

- Atendendo ao disposto no Art.72 da Lei 8.666/1993 os seguintes serviços são passíveis de terceirização: execução de confecção de grades e esquadrias em vidro, ferro e alumínio, instalações de forro de PVC e gesso, pavimentação externa, pintura, sinalização e comunicação visual e jardinagem.
- A terceirização de alguns serviços, não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade dos serviços, estando os funcionários da terceirizada sujeitos as mesmas regras que o contratado, inclusive trabalhista.

12. DA VISTORIA

- O responsável técnico da empresa, poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;
- O Termo de Vistoria (modelo anexo) será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, pelo servidor por este designado;
- A vistoria deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, ou Servidor por este designado, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas e deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJ-PB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

LOCAL	ENDEREÇO / TELEFONE
Palácio da Justiça	Praça João Pessoa, s/nº, Centro.

- Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;
- Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

Obs.: Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, relatando que assume todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Para a comprovação da capacidade técnica operacional, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

Inscrição ou Registro no CREA– Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, da sede da licitante.

Apresentar um ou mais atestado(s), expedidos por órgão da administração pública ou privada, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU de sua jurisdição, que comprove responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$
- Forro termoacústico em painéis de lã de vidro: $A \geq 60,00 \text{ m}^2$
- Calha em chapa de aço galvanizado: $M \geq 100,00 \text{ m}$

13.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Declaração direcionada ao certame, expedida pelo PROPONENTE, de que disponibilizará para controle e execução dos serviços, profissional(is) de nível superior com formação em ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA, detentores de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA ou CAU de sua jurisdição, que comprovem ter o(s) profissional(is) a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não:

- Tesoura em madeira de lei para telhados, para vão superior a 5m: 01 unidade
- Estrutura de madeira de lei para telhado em telha cerâmica: $A \geq 350,00 \text{ m}^2$
- Forro em madeira com tábuas: $A \geq 80,00 \text{ m}^2$

14. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTROLE

- Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos deste contrato inclusive as Normas de Segurança.

15. FISCALIZAÇÃO DA OBRA E SERVIÇO

- O CONTRATANTE deverá exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as suas obrigações contratuais, observando rigorosamente o estabelecido na legislação em vigor;
- O CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao início da obra ou serviço, no prazo estabelecido no contrato;
- Expedir a Ordem de Serviço nos termos contratuais;
- Comunicar ao superior imediato, por escrito, a ocorrência de circunstâncias que possam acarretar a imposição de multas à CONTRATADA, ou mesmo a rescisão do contrato;
- Decidir sobre as questões levantadas pela CONTRATADA e comunicar ao superior imediato as soluções adotadas;
- A CONTRATADA deverá providenciar Diário de Obra, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços. O Diário de Obra deverá estar sempre à disposição da Fiscalização, sendo vedada sua retirada do canteiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

- Registrar diariamente no “Diário ou Livro de Ocorrência”, os fatos relativos à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou defeitos observados e pronunciando-se a respeito dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- Adotar, se preciso for providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal da obra ou serviço;
- Efetuar, com a presença da CONTRATADA, a análise dos serviços já executados.
- Avaliar as medições e faturas apresentadas pela CONTRATADA, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos na legislação própria do Tribunal de Justiça da Paraíba e neste Termo de Referência;
- Comunicar ao seu superior imediato a necessidade de qualquer aditamento ao contrato, encaminhando-lhe as justificativas, por escrito, com todas as informações indispensáveis à formalização do termo aditivo correspondente, observado o disposto na legislação em vigor e nas normas internas do Tribunal de Justiça;
- Inspeccionar as obras e verificar as condições de organização e segurança dos trabalhadores e do público, de acordo com a NBR 7678 (Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção), exigindo da CONTRATADA as medidas corretivas que sejam necessárias.
- Exigir da CONTRATADA a execução da obra ou serviço, de acordo com os projetos, especificações dos materiais, detalhes e procedimentos de execução constantes nas Normas Técnicas da ABNT e demais Normas Pertinentes;
- Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das proposições constantes no contrato;
- Promover reuniões com a CONTRATADA para aprovar os métodos construtivos, sugerir modificações, quando for o caso, e procurar resolver os possíveis problemas técnicos não previstos no Ato Convocatório e na documentação integrante do contrato;
- As ações de Fiscalização não eximem a Contratada de suas responsabilidades, nem do fiel cumprimento do objeto do contrato;
- Solicitar à CONTRATADA a suspensão de quaisquer serviços, em parte ou no todo, que estejam sendo executados;
- Exigir da CONTRATADA, que sejam retirados do Canteiro de Obras os materiais que não correspondam às especificações;
- Aprovar, rejeitar ou sugerir modificações na programação das obras, determinando as prioridades na execução dos serviços;
- Exigir da CONTRATADA a otimização das etapas de construção, quando houver atraso em relação ao cronograma, visando o cumprimento dos prazos contratuais;
- Acompanhar o cronograma físico-financeiro, mantendo o Tribunal sempre informado do andamento dos trabalhos, mediante relatórios detalhados.

16. PENALIDADES

- Conforme estabelecida na Minuta de Contrato.

17. RECEBIMENTO DE OBRA E DE SERVIÇO

- Caberá a CONTRATADA comunicar ao Tribunal, a conclusão das obras ou serviços, solicitar o Recebimento Provisório das etapas concluídas e, posteriormente, o Recebimento Definitivo;
- No caso de rejeição do pedido de recebimento, a fiscalização dará ciência a CONTRATADA, por escrito, das razões da rejeição, solicitando-lhe que sejam corrigidas as deficiências apontadas, ou, no caso de pequenos reparos, emitir o Termo de Recebimento Provisório, com registro de pendências a serem corrigidas, estipulando-se o prazo para sua correção;
- O Termo de Recebimento da obra ou serviços será emitido pela Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;



- A emissão do Termo Provisório ou Definitivo não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, definidas no Código Civil.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

- Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;
- Fornecer à Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba o nome, a função e os números dos documentos de identificação dos empregados designados a executar os serviços contratados;
- Disponibilizar somente pessoal capacitado para o desempenho dos serviços;
- Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material causado à Contratante ou a terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- Responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante;
- Ceder a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, na forma prevista no artigo 111 da lei nº 8.666/1993, todos os direitos sobre os relatórios, desenhos esquemáticos e demais documentos elaborados à luz do contrato;
- Providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços junto ao CREA-PB, apresentando para a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba um das vias desse documento.
- Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra, necessários à execução dos serviços contratados;
- Fornecer os uniformes e EPIs (equipamentos de proteção individual) a todos os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços, bem como disponibilizar os EPCs (equipamentos de proteção coletiva) necessários, de acordo com as normas em vigor;
- Zelar para que os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços apresentem-se uniformizados, devidamente identificados e portando os EPIs e observem as normas disciplinares determinadas pela Contratante.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no Contrato;
- Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços;
- Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de execução de serviços;
- Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades ou qualquer débito de sua responsabilidade;
- Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

- Conferir toda a documentação gerada e apresentada durante e após a execução dos serviços a fim de que sejam adotadas medidas corretivas.

20. PAGAMENTO

- O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro e medições;
- A Contratada deve apresentar, após o recebimento da Nota de Empenho, Nota Fiscal de Serviços, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato para fins de liquidação e pagamento da execução do serviço.
- Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização, em conformidade com os preços unitários da planilha orçamentária. Não serão aprovados pela FISCALIZAÇÃO, serviços executados de forma incompleta, tampouco pretensão de pagamento de material simplesmente adquirido ou posto na obra.
- A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as unidades de medição, os preços unitários e os quantitativos do Orçamento Detalhado anexo ao contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- As providências e os ônus, quando for o caso, necessários para registros e legalização do contrato, serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, com exceção da publicação no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
 - A minuta do contrato deverá ser assinada pelo representante do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e pelo CONTRATADO, contendo todos os elementos cabíveis, definidos na lei em vigor e integrará, obrigatoriamente, o Edital.
 - O CONTRATADO manterá, no canteiro de obras ou serviços, equipamentos suficientes para prevenção e combate a incêndios, compatíveis com a classe e risco da obra ou do serviço contratado.
 - A CONTRATADA deverá manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Especificações Técnicas, Projetos, Orçamento, Cronogramas, Correspondências e Relatórios de Andamento das Atividades;
 - Se houver divergência inconciliável entre a CONTRATADA e a fiscalização, a CONTRATADA pode recorrer ao Tribunal, que irá analisar o pedido e deliberar para as providências cabíveis;
 - Ao assinar o contrato e receber a respectiva ordem de execução de serviço, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o objeto contratual, a ser fornecido na ocasião pelo Tribunal de Justiça, buscando elucidar junto à Fiscalização, no início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes construtivos, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.
 - As informações especificadas na planilha orçamentária, especificações técnicas, composição de custos e desenhos, devem ser analisadas conjuntamente pela Contratada, pois uma é complemento da outra.
 - Qualquer divergência entre a planilha orçamentária e projetos, a CONTRATADA deverá considerar em primeiro lugar as especificações contidas nos projetos, e caso não haja especificações, recorrer a CONTRATANTE para que as dúvidas sejam dirimidas.
 - As empresas participantes do processo licitatório devem apresentar os seguintes documentos:
3. Planilha Orçamentária;
 4. Cronograma Físico-Financeiro;
 5. Composição de preços unitários;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

6. BDI e Encargos Sociais.
7. Acervo técnico compatível com o objeto deste certame.

22. PARTE INTEGRANTE DESTE PROJETO BÁSICO

PARTE I – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MATERIAIS
PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO
PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, B.D.I. E ENCARGOS SOCIAIS
PARTE V – MODELO DE PLANILHA
PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA
PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, B.D.I. E ENCARGOS SOCIAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE V – MODELO DE PLANILHA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

(Timbre da Empresa)

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Atestamos que, _____ Responsável Técnico da empresa _____, realizou na data de __/__/20__, a vistoria referente ao Certame denominado _____, nº ____, cujo objeto é a Contratação de Empresa para **Obra de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça**, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que em nome da empresa, tomou pleno conhecimento das condições locais e dos equipamentos, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

Responsável da Empresa

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.

(Endereço, telefones, e-mails)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Timbre da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento das condições locais e do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade de vistoria “in loco”.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências do local onde serão executados os serviços, através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência / Projeto Básico e no Edital.

Responsável Técnico da Empresa

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.

(Endereço, telefones, e-mails)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

MINUTA DO CONTRATO ____/2016

**TERMO DE CONTRATO N.º ____/2016 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA
PARAÍBA E A EMPRESA _____ PARA A
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E
ENGENHARIA DE REFORMA NA COBERTURA DO PALÁCIO
DA JUSTIÇA DO TJPB.**

CONTRATANTE: O Estado da Paraíba, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, nesta cidade de João Pessoa – PB, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador _____, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no C.G.C (MF) sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, Bairro _____, CEP -----, representada pelo Senhor _____, (a) da Cédula de Identidade n.º _____ – SSP/PB e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por /estatuto social.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 371.553-1 mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETOS

1. Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de construção e engenharia para execução de reforma na cobertura do Palácio da Justiça do Estado da Paraíba, conforme especificações estabelecidas no Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor deste contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática: Unidade Orçamentária – _____ Função – _____ Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____; Natureza da Despesa – _____; Fonte de Recurso – 100 e/ou Unidade Orçamentária – _____; Função – _____; Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____; Natureza da Despesa – _____ Fonte de Recurso – 270.

CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O prazo para início da execução dos serviços é de 15 (quinze) dias corridos, contado da Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

data de assinatura, pela Contratada, da Ordem de Serviço, emitida pela Gerência de Engenharia deste Tribunal de Justiça.

2. Será considerado como início da execução dos serviços a data em que a CONTRATADA estiver operando de acordo com os requisitos previstos no contrato, incluindo equipamentos, profissionais treinados, capacitados e no desempenho de suas atribuições.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo para execução do objeto contrato será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da data de assinatura, pela Contratada, da Ordem de Serviço, emitida pela Gerência de Engenharia deste Tribunal de Justiça.

O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses, contado a partir da assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Cabe ao CONTRATANTE:

- 1.1. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou prepostos;
- 1.2. efetuar o pagamento dos serviços executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 1.3. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidores designados;
- 1.4. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas nas Especificações Técnicas no Projeto básico e seus Anexos.

- 1.1. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
 - 1.2. manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na contratação;
 - 1.3. formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;
 - 1.4. cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços;
 - 1.5. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados;
2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:
- 2.1. encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

- 3.2. a subcontratação de outra empresa para execução total ou parcial do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Engenharia ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado, permitida a assistência de terceiros.
2. A homologação do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
8. A CONTRATADA deve informar o nome do preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

1. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto nas alíneas “a” e “b”, do inciso I, do artigo 73 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:
2. Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE por meio de carta entregue ao Fiscal do Contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.
3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO - Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada no parágrafo anterior ou o término do prazo de execução contratual, o Fiscal do Contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.
4. Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o Termo de Recebimento Provisório, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade CONTRATANTE.
5. Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis. A fiscalização poderá recusar o recebimento provisório da obra caso haja inconformidades significativas com relação as especificações. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas relatório circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.
6. À CONTRATADA caberá, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.
7. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO - Após o Recebimento Provisório, a autoridade CONTRATANTE designará servidor ou Comissão de Recebimento Definitivo, especialmente designados, que serão encarregados de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas, e efetuar o Recebimento Definitivo.
8. O Recebimento Definitivo deverá ser feito em até 15 (quinze) dias consecutivos após o decurso do prazo de observação, que será de no máximo 90 (noventa) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.
9. No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade CONTRATANTE.
10. No caso de a vistoria constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou falta de cumprimento de obrigações contratuais, a Comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

CONTRATANTE, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

11. DAS FALHAS OU IRREGULARIDADES APONTADAS - O responsável pela Gerência de Engenharia, à vista do relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:

a) notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria; ou

b) aceitar a obra com o abatimento no preço correspondente ao orçamento apresentado pela comissão, e, se o valor da garantia for insuficiente para atender ao valor do mencionado orçamento, notificar a CONTRATADA para pagamento da diferença no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12. A falta do pagamento de que trata o Item 11 anterior, alínea b, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado da Paraíba, pela competente Procuradoria da Fazenda Estadual, para fins de cobrança judicial, acrescido de correção monetária, juros de mora e demais encargos legais.

13. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita adequação do Projeto Executivo e execução da obra, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, subsistindo a sua responsabilidade na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro e medições correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal correspondente, com atestado da execução dos serviços pela Gerência de Engenharia deste Tribunal.

2. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer com a apresentação dos seguintes documentos:

I - Registro da obra no CREA/PB;

II - Matrícula da obra no INSS; e

III - Relação dos Empregados - RE.

3. Caso a empresa CONTRATADA adiante a execução dos serviços, conseqüentemente adiantando a execução das etapas constantes no cronograma físico-financeiro, estando estes executados de acordo com as especificações constantes do projeto básico/executivo, poderá apresentar a nota fiscal/fatura correspondente, na forma acima citada, a qual, após estar devidamente atestada e encaminhada ao setor financeiro, poderá ser quitada, nos prazos previstos nesta Cláusula.

4. No caso da parcela relativa à última fase, o pagamento somente será efetuado após o Recebimento Provisório.

5. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização. Não serão aprovados pela FISCALIZAÇÃO serviços executados de forma incompleta, tampouco pretensão de pagamento de material simplesmente adquirido ou posto na obra.

6. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as unidades medição, os preços unitários e os quantitativos do Orçamento Detalhado anexo ao contrato.

7. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

8. Na nota fiscal/fatura apresentada deverá ser destacado o valor da retenção das contribuições previdenciárias, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 3, DE 14 DE JULHO DE 2005 – DOU DE 15/07/2005, e suas alterações.

9. Antes de qualquer pagamento a CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao Fiscal do Contrato, para fins de liquidação e pagamento, bem como os seguintes documentos:

- a) certidões ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, Certidão Negativa de Débito Trabalhista
- b) declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, se for o caso;
- c) Cópia da Folha de Pagamentos;
- d) Cópia dos holerites ou contracheques devidamente assinados pelos funcionários ou recibo de depósito bancário.
- e) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- f) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.

10. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) atestação de conformidade do serviço executado;
- b) apresentação da comprovação discriminada no item 9 desta Cláusula;

12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{5,84/100}{365} \qquad I = 0,00016$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 5,84%.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.
3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.
4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.
6. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJPB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
8. Será considerada extinta a garantia:
 - a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - b) após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.
9. Isenção de Responsabilidade da Garantia:
 - I - O TJPB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - a) caso fortuito ou força maior;
 - b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
 - d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
 - II - Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do inciso I, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
 - III - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

1 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa nos termos deste contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça da Paraíba, pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o Tribunal;

2 – Ressalvada a hipótese de força maior a inexecução parcial ou total das obras objeto desta tomada de preços, nos prazos fixados em cronograma aprovado pelo Tribunal sujeitará à contratada em relação a elas a aplicação das seguintes multas:

- a) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), por não ter iniciado o objeto contratado dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo TJPB;
- b) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total da respectiva atividade, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por atraso em unidade de execução contratada, definido no cronograma físico-financeiro.
- c) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por não cumprimento do prazo final de entrega dos serviços contratados;
- d) Multa, por ocorrência, no valor correspondente a 0,1 % (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por: recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; deixar de cumprir o artigo 4º da Resolução nº 156/CNJ Conselho Nacional de Justiça; permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a pessoa.

3 – A contratada deverá comunicar ao TJPB os fatos de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias da sua ocorrência e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

4 – Multa de 20% do valor empenhado, quando a CONTRATADA:

- a) Incorrer na inexecução total das obrigações assumidas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

b) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

d) apresentar comportamento inidôneo;

5 – Para os fins do item 4, alínea “d” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

6 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

7 – Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contatos da comunicação oficial.

8 – As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas, cumulativamente, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato (ou documento substitutivo dos contratos ex vi do art. 62 da Lei 8.666/93), deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, e sendo, consequentemente, descredenciado no SIREF do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

2. A rescisão deste contrato pode ser:

2.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

1. O presente contrato vincula-se aos termos:

2.1. constante do Processo Administrativo nº 371.553-1;

2.2. Projeto básico e seus anexos, elaborados pela Gerência de Engenharia;

2.3 da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

1. Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da

Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB
Fone/Fax: (83) 3216-1456 , (83) 3216-1446 e (83)3216-1617 – e-mail: comlic@tjpb.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos legais.

João Pessoa (PB) ____ de ____ de 2016

DESEMBARGADOR _____
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

RG: RG:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO III – Modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

(Nome / Razão Social, por seu representante legal), infra assinado, DECLARA para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, inexistir fato superveniente impeditivo de sua habilitação e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

Local e data

Nome e
assinatura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

(Nome / Razão Social, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Nome e assinatura

(Obs. Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO V – TERMO DE COMPROMISSO

Através deste instrumento, sem prejuízo dos ditames insertos no art. 2º, VI da Resolução CNJ 07/2005, declaro a inexistência, bem como assumo compromisso de não permitir ingresso, nos quadros de empregados desta empresa que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do Credenciamento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

João Pessoa, _____ de _____ de 2016.

Representante da empresa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

.....(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ sob o nº
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.
(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no **EDITAL TOMADA DE PREÇO nº xx/2016**, sob as sanções Administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local,dede 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

OBS: Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – Nº 001 /2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371.553-1 / 371.570-1

ANEXO VII – R E C I B O

Recebi do Tribunal de Justiça da Paraíba uma cópia do Edital da TOMADA DE PREÇO nº /2016, que tem por objeto a Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para execução de Reforma na Cobertura do Palácio da Justiça, conforme especificações estabelecidas no **Projeto Básico – Anexo I deste Edital.**

Razão Social/Denominação: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

João Pessoa (PB), _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante da Empresa